

MEMÓRIA PATRIMONIAL DE PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA ENTRE 1927-1935

Edilsa Mota Santos Bastos¹
Maria de Fátima Berenice da Cruz²

Resumo: O presente trabalho aponta inicialmente que a relação entre Professores e alunos da Escola Normal de Feira de Santana era de caráter tradicional, pautada no distanciamento e ancorada apenas na transmissão de conhecimentos, cujo sustentáculo estava no processo de memorização. Contudo, no período compreendido entre 1927 e 1935 começaram a existir os primeiros acordos sobre os novos rumos para os processos educacionais, aportados nos ideais da Escola Nova. Desse modo, estabeleceremos um diálogo desse período estudado com o importante papel da memória, enquanto estabelecimento de um patrimônio cultural. Para alcançarmos tal situação, optamos por uma abordagem qualitativa nos princípios da História Cultural (CHARTIER, 2009) e tendo como fontes históricas: documentos do Museu Casa do Sertão da UEFS – Jornal Folha do Norte entre outras bases teóricas.

Palavras-chave: Escola, Memória, Patrimônio, Cultura.

Memória e Escola como patrimônio da vida

O relato histórico se configura como lastro perfeito para se problematizar a existência humana. É nele que se estabelece a cultura e a memória, visto que por meio dele são percebidas as diversas formas de representação de si, do outro e, também, dos discursos, os quais, por sua vez, acabam modelando as formas de existir socialmente. Dessa maneira, no presente texto apresentaremos uma narrativa histórica e reflexiva a respeito da criação do processo de formação de educadores na Bahia, tomando como parâmetro de análise a Escola Normal de Feira de Santana. A singularidade desta discussão no âmbito da cultura é que não se pode falar em cultura e sociedade sem entendê-la como um patrimônio construído direta ou indiretamente pela escola. Em vista do exposto, entendemos a memória como lugar privilegiado de constituição do sujeito a partir do processo narrativo de caráter patrimonial. Assim, apresentaremos uma narrativa da constituição da educação no Brasil e,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: edilsamota@hotmail.com

² Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: fatimaberenice@terra.com.br

consequentemente em Feira de Santana, mostrando como a Escola produz cultura e como a cultura pode ser moldada pela escola.

No Brasil, a educação escolar inicia-se com a chegada dos portugueses no século XVI e a Companhia de Jesus. Segundo Cruz (2000, p. 12), a Companhia de Jesus é uma “ordem religiosa criada em 1534 com o objetivo de empreender a Contra Reforma e combater as ideias Protestantes”. Quando se aliam a Portugal, os jesuítas também têm como objetivo docilizar os indígenas, catequizando-os, e oferecer educação formal para os filhos dos colonos, estabelecidos durante o empreendimento da colonização em terras brasileiras, a fim de que se tornassem dirigentes das terras conquistadas/invadidas.

No período que compreende 1549 e 1759, a sociedade brasileira era de economia agrário-exportadora. A função pedagógica dos jesuítas era voltada para instruir os indígenas e catequizá-los nos moldes e interesses da Igreja Católica (CRUZ, 2000, p. 12). No ano de 1890, ocorre a Reforma Benjamin Constant sob a influência do Positivismo de Augusto Comte, inspirada em ideias pedagógicas e filosóficas, difundindo disciplinas científicas nos currículos escolares e visando garantir o domínio da classe burguesa no setor industrial. “O ensino religioso nas escolas sai de cena” e o Estado torna-se laico (RUIZ, 2002, p.13).

Assim, à medida que se finda o século XIX e se inicia o século XX, o ensino na Bahia se organiza em três níveis: “elementar, secundário e normal” (SOUZA, 1999). O curso normal formava mestras e mestres para atuar na educação da infância. As Escolas Normais foram criadas com objetivo de instruir as crianças, a fim de “civilizar” os futuros cidadãos da nação ainda tão jovem.

Segundo Tanuri (2000, p. 64), a Primeira Escola Normal do Brasil foi criada em 1835, no Brasil Império, em Niterói-RJ. Inicialmente, este espaço era dedicado apenas à formação de indivíduos do sexo masculino, para o exercício do magistério. Após muitos debates, há mudanças nesse cenário, mediante a necessidade de formação de mais professores, visto que o campo tornou-se pouco atrativo para os homens naquela época, dar-se início as reivindicações das primeiras feministas pela ocupação das mulheres nos novos espaços sociais.

Diante dessas questões, elas passam a frequentar as aulas das Escolas Normais, o que contribuiu definitivamente para feminizar o magistério que se ocupou da educação das crianças no Brasil. Os dados encontrados corroboram para a compreensão de tal processo,

“essa ideia foi fortalecida, à medida que a maioria das mulheres foi ocupando, paulatinamente, o campo do magistério primário” (CRUZ, 2000, p. 60).

A Escola Normal da Bahia foi criada em 1836, em Salvador, contribuindo para a feminilização do magistério no território baiano. O primeiro nome que a Instituição recebeu foi a de Liceu Provincial da Bahia, posteriormente sendo denominada de Ginásio da Bahia, uma das poucas Instituições de Ensino do Estado. O Liceu, assim como era conhecido, foi criado pela Lei de nº 33 de 9 de março de 1836 (BOAVENTURA, 1977 apud LIMA, 2008).

Assim, no momento em que o Brasil passava por profundas transformações econômicas, políticas e sociais com o declínio das oligarquias – 1914 a 1930 (CRUZ, 2012), num período da história brasileira conhecido como a Política do Café com Leite (República Velha), surge a criação e inauguração da Escola Normal de Feira de Santana. Durante esse período, as instituições de ensino não mais correspondiam às novas exigências e necessidades do mercado mundial, visto que o mercado caminhou para se tornar uma nação industrializada, conforme os estudos de Cruz, 2000, p. 42):

[...] No campo econômico, houve o declínio das oligarquias que se deu devido ao surgimento de novas forças sociais provenientes das mudanças sofridas pela base econômica, que abolira as relações de produção escravista e abandonava, paulatinamente, o modelo agrário-exportador, que, além de não corresponder às necessidades do capitalismo mundial, não mais respondia os interesses da nação emergente, que dava seus primeiros passos em direção à industrialização, ainda de forma débil.

Dessa maneira, a Reforma da Instrução Pública realizada na Bahia, exige novas práticas educacionais, saberes e valores, visando reformar o ensino como discute alguns autores, dentre eles SOUSA:

[...] Anísio Teixeira - e seu grupo -, que tentou efetivar mudanças significativas no sistema educacional baiano entre 1924 e 1928, quando foi Diretor da Instrução, implantou uma estrutura que objetivava renovar a educação no estado, condensada na lei 1846, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, de 14 de agosto de 1925, regulamentada no Decreto 4218, de 30 de dezembro do mesmo ano, mediante instituição e institucionalização de práticas e normas que unificassem e uniformizassem o ensino público (SOUSA, 1999, p.34).

Muito embora, de fato encontravam-se na escola apenas 20% da população baiana em idade escolar.

Criação da Escola Normal de Feira de Santana e seu funcionamento

A criação da Escola Normal de Feira de Santana se deu no decorrer das mudanças econômicas, políticas, sociais e educacionais que vinham ocorrendo em todo o país, principalmente no Sul e Sudeste do Brasil, que vivia um processo de industrialização bastante acentuado. Por essa razão, a Bahia preocupou-se em investir na educação, colocando a população na escola, foi nesse momento que em 14 de agosto de 1925, ocorreu à reforma do ensino no Estado da Bahia, levando à criação das Escolas Normais de Caetité e a de Feira de Santana. Esta inaugurada em 1º de junho de 1927 no Governo de Francisco Marques de Góes Calmon, com o auxílio de Anísio Spínola Teixeira, o então, Diretor da Instrução Pública. Dessa forma, a implantação da Escola significava um grande avanço para Feira de Santana e região.

Segundo Sousa (1999, p. 103), “as filhas e filhos dos grandes comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, profissionais liberais, camadas médias ou que a isso aspiravam”, outrora precisavam ser matriculados por suas famílias na capital. Com a chegada da Escola Normal em Feira de Santana não precisavam mais se deslocar para Salvador, de modo que o intento da Escola fundamentou-se em parte, formar mestras para atuar nos sertões, o que pode ser constatado na reportagem do Jornal Folha do Norte:

[...] Na ordem dos grandes fatores econômicos, depois do Serviço de Saúde Público, ponho o da instrução do povo; pois não sei que outro, depois daquele, haja maior eficiência na elaboração da riqueza e do progresso sociais. O analfabetismo é um ser deficiente para a obra da sua finalidade. A instrução redobra-lhe o valor. [...] Para termos professores no interior, só fundando escolas normais no centro. Considerando nisso, o governo passado restabelece em a Escola Normal de Caetité, em má hora extinta, e fundou outra na Feira de Sant’Anna. (...) Referindo-me ainda às Escolas Normais do Estado, a desta capital e às de Caetité e Feira de Sant’Anna, cumpre-me registrar aqui o regular funcionamento de todas elas, cujos diretores e corpos docentes se acham felizmente imbuídos dos deveres patrióticos da sua grande missão. A da capital conta nos quatro dias de seu curso superior, duzentos e trinta e cinco alunos matriculados, havendo diplomado, no fim do ano, oitenta normalistas; a de Caetité, 96 alunos e a de Feira de Sant’Anna, 108 alunos. Feira diplomou a 1ª turma em 1930. (FOLHA DO NORTE, n. 1030, 1929, p. 1).

A educação das moças era voltada para as prendas domésticas, aprender tocar músicas, especialmente piano, como saber portar-se nos recintos sociais, como nos salões, falar

francês, conhecer e comentar sobre a literatura da época, os dotes eram fundamentais para essas jovens (SOUSA, 1999, p. 37). O que se esperava dos/as profissionais do magistério era que eles/as abraçassem a profissão como sacerdócio, uma vocação e não medissem esforço para realizar o desejado. Vejamos o discurso na formatura da turma de 1934, do Professor Otto Schmidt:

Sem perlustrar o caminho do amor não podereis atingir o ideal de perfeição, na delicada trilha educacional que tomastes para a vossa rota nos dias futuros; só este amor pela vossa árdua profissão poderá banir as falhas tão freqüentemente encontradas nos vastos rincões do nosso sertão(...) Eu insisto em vos pedir o amor sincero e dedicado pela vossa carreira educacional, poderoso bálsamo para Tão grandes chagas! (...) (FOLHA DO NORTE, n. 1324, 1934, p. 4).

Durante esse recorte histórico da Escola Normal em Feira de Santana, observa-se também por parte de algumas autoridades a resistência à aceitação da mulher em outros vieses da sociedade que não fosse o esperado pela mesma e pela família, a exemplo do discurso do Dr. Sobral publicado no dia 06 de agosto de 1927:

[...] A vertigem do prazer na degenerescência dos costumes absorve vorazmente, nos deveres chamados sociaes, - a família que inconscientemente vai se esquecendo da sua finalidade na vida. Alguém disse: educamos a mulher para atrair, para agradar, preparamo-la com uma certa dose de aguda perspicácia para o encanto dos sentidos e, no entanto, não a educamos para a felicidade do lar, que é o seu verdadeiro reino. Não preparamos as nossas filhas para a missão alcandorada de mãe e esposa (FOLHA DO NORTE, 1927, nº 943).

No entanto, o magistério não era mais uma profissão atrativa aos homens em detrimento das mudanças no contexto econômico brasileiro, tanto nas indústrias como na construção civil. Essas transformações ocorridas abriram caminhos para que a mulher galgasse seu espaço no magistério. Um fator considerável às normalistas, foram as práticas no espaço físico da própria Escola Normal, a Escola Anexa de Aplicação, onde ocorriam os estágios para as professorandas e de grande importância para o corpo docente da Escola Normal.

[...] foi dada importância, pelo menos nos discursos, à necessidade da prática de ensino [...]. As aulas práticas passaram a ser exercitadas nas escolas de aplicação, anexas a cada escola normal. Para tanto, em Feira de Santana, foram anexadas as escolas elementares Maria Quitéria e João Florêncio Gomes, para o exercício do tirocínio docente das professorandas, com turmas do curso primário elementar – 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e cursos do jardim da infância (SOUSA, 1999, p. 67).

O ensino que permeava a Escola Normal era tradicional, embora trouxesse aspectos de inovação nas excursões aos arredores da cidade (nas chamadas aulas de campo), aulas de técnicas agrícolas. Essa era uma forma de tentar aderir às propostas da Escola Nova. No entanto, em seu currículo, a Escola Normal preservava características de uma “pedagogia conservadora e representante dos interesses da classe dominante” (Cruz, 2012, p.61), de acordo os objetivos traçados por seus idealizadores.

A educação passa a receber mais atenção, visto que, políticos e demais autoridades são pressionados pela população na busca de se prepararem minimamente para desempenhar as novas funções no mercado de trabalho. Cabe destacar duas questões relevantes nesse contexto: que a Bahia continuava sendo um Estado predominantemente agrário, porém tomou providências para colocar um contingente considerável na escola e que os educadores que lecionavam na educação primária do Estado da Bahia, eram em sua maioria leigos, como afirma Cruz (2012). A Escola Normal de Feira de Santana tencionava formar profissionais que abraçassem a profissão, fossem capazes de enfrentar qualquer sacrifício e dispusessem-se adentrar os sertões para alfabetizar as crianças sertanejas:

Havia uma sede de progresso pela população baiana, principalmente, para o contexto educacional. O desejo de instrução era imenso, mesmo nos vilarejos mais longínquos do interior do Estado. Segundo Teixeira (2000, p. 4), “O interesse pela instrução é uma realidade a vista de todos. As menores localidades estão aprendendo a ter orgulho pelas suas coisas de ensino e a se porfiar nas conquistas de educação”. A chegada da Escola Normal também contribuiu para a obtenção do avanço na organização educacional de Feira e região e a concepção da Escola Nova, de igual modo trouxera suas contribuições para difundir o que permeava de atual.

Memória da transmissão cultural na Escola Normal de Feira de Santana

Rememorando os escritos de Bourdieu (2010, p.39) ele afirma que a função da escola é de conservação social de valores burgueses. E afirma ainda que a lógica do processo de interiorização das oportunidades objetivas é transformada em esperanças ou desesperanças subjetivas. Todavia, sem o poder da memória nada disso seria possível, afinal, o tempo corrói

não apenas nosso corpo físico mas, por vezes, a consciência de nós mesmos. Somos sempre condenados pelo tempo, não escapando dessa realidade nenhum ser vivente, afirma Candau (2016). No seu entendimento, o tempo é tão voraz que devora toda a vida, levando-a a decomposição e, o único modo de escapar a essa realidade devastadora do tempo é por meio da memória.

Nessa relação, entendemos ser a memória um patrimônio importante para a constituição do sujeito. É o que chamamos de chave da identidade. Por isso, faz necessário aqui, relatarmos a constituição da memória da criação da Escola Normal de Feira de Santana e sua consequente influência na formação da educação na Bahia. Nesse sentido, narrar apresenta-se como meio de compreender a produção e constituição das subjetividades do patrimônio memorialístico de Feira de Santana, através do lócus Escola.

A perspectiva educacional da Escola Normal estava amparada nos pressupostos tradicionais. No que tange ao contexto da Escola Normal de Feira de Santana os estudos apontaram que priorizavam o distanciamento entre professor-aluno, tendo como ponto chave uma relação centrada no respeito e autoridade para com o mestre. Dessa maneira, em função do modelo educacional da época, o professor posicionava-se de maneira a transmitir o conhecimento aos estudantes e estes, se colocavam de forma passiva, seguindo atentamente o professor. Cabia ao aluno atingir o objetivo esperado por seus esforços.

O diálogo entre professor e aluno era apenas para tratar dos assuntos das disciplinas. Dito isso, comportamentos além do permitido e esperado eram considerados insubordinação e portanto, dignos de punição. O ensino da Escola Normal desenvolvia-se de forma organizada tanto para as cerimônias de comemorações diversas, como no cotidiano da sala de aula. Os envolvidos no bom funcionamento da Instituição desempenhavam-se com destreza para o andamento das atividades. Havia preocupação e comprometimento da Escola Normal com a instrução dos alunos e por isso, alguns professores buscavam inovar suas aulas promovendo, para além dos muros da escola, visitas de campo e trabalhos externos, configuração muito inovadora para a época.

Segundo Sousa (1999), havia um padrão a ser seguido na Escola Normal, e muitas normalistas burlavam ou ao menos tentavam burlar essas regras da moral e dos bons costumes da instituição de ensino.

Eram práticas repetidas, rotineiras, mecanizadas, que buscavam uniformizar alunas e alunos, como uma linha de montagem, sendo a escola uma máquina à qual esses

corpos eram submetidos, como se propunha na fala do reformador. Uma coleção de determinações interinas foi encontrada, referente às (os) alunas (os), às (aos) censoras (es) e às (aos) professoras (es), pois as normatizações foram dirigidas, também, a estas (es) últimas (os) que tinham formas de *saber-fazer* profissional que muitas vezes não coadunavam com as propostas dos regimentos e que estes tentaram impor, pois práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada de questionamentos e, em especial, de confiança (LOURO, 1997, apud, SOUSA, 1999, p. 82-83).

Observa-se que a relação entre professor e aluno/a era preferivelmente formal, mesmos com os novos acordos da Escola Nova. No depoimento de uma ex-aluna da década de 1942, é notável que existisse um mínimo de aproximação em dado momento (CRUZ, 2000, p. 62-63):

Os nossos professores foram assim, professores rigorosos! Eles não admitiam brincadeiras, era uma disciplina rígida. Nós todos sentados na sala de aula. Quando a professora entrava, todos nós nos levantávamos. Boa tarde! Todos os professores eram assim. Tivemos uma professora de Trabalhos Manuais, só na aula dela a gente conversava um pouquinho, porque era costurando, bordando, estas coisas assim, prendas].

Valores e práticas eram incutidos (as) durante a formação dos (as) alunos (as) que faziam parte da Escola Normal de Feira de Santana. A Escola Normal da cidade não estava destinada a formar apenas mulheres para o magistério, mas desde o início do seu funcionamento foram elas que, em maioria, que ocuparam a instituição. Em vista disso, a Escola Normal possuía uma normatização na educação das moças, visando estabelecer uma ordem plausível e assim, evitando comportamentos que fugissem daquilo que seria o ideal para a época.

As proibições visavam garantir a idoneidade moral das normalistas preparando-as para a espinhosa missão futura, quando suas virtudes morais seriam imprescindíveis, pois o magistério, como profissão prestigiada, trazia no bojo uma certa ambiguidade. Esta ancorava na característica de ser uma atividade pública, cada vez mais feminina, enquanto a representação ideal da mulher era ainda a doméstica, cujo reino era o lar, o privado, o íntimo. Mas a professora era uma mulher pública, porém era uma mulher pública especial, pois sua atividade era valorizada. Mas nem por isso deixaria de estar exposta e, para garantir a pureza do seu caráter, era preciso que estivesse sempre resguardada e vigiada. E essa vigilância começava na Escola Normal. [...] (SOUSA, 1999, p. 91).

A atuação da escola na promoção da disciplina e ordem torna-a respeitável e confiável. Tais processos disciplinares eram aplicados não somente às alunas como também aos mestres. Em outras palavras, no intuito de formar uma sociedade docilizada nos moldes

burgueses, se instituiu o castigo e punição para mestres e alunos. Partindo deste pressuposto disciplinar, como poderíamos exigir um diálogo entre mestres e alunos se eles desconheciam o valor do diálogo?

O cotidiano das alunas da Escola Normal de Feira de Santana

As formandas das décadas de 20, 30 e 40 do século passado trazem em seus relatos lembranças da cidade, do comércio, da Escola Normal e relatam o perfil da cidade pacata e segura, muito diferente dos dias atuais. “Ah! Lindíssima! Uma tranquilidade! Umas avenidas lindas! O povo parecia uma família só” CRUZ (2012, p. 49). Os laços construídos ao longo da formação, as homenagens afetuosas entre colegas, publicadas no semanário local e em alguns depoimentos de pesquisas realizadas pelo professor Antonio Roberto Seixas da Cruz em livros e Dissertação de Mestrado, tal como em um depoimento de uma ex-aluna de 1930:

Foi uma época muito bonita, em que realizei meu ideal de ser professora e dar gosto a meu pai mais minha mãe e minha família toda. E consegui também a amizade de todas as minhas colegas, e até hoje quando eu sei que uma já faleceu me dói muito, me dá muita saudade porque foi o tempo em que eu vivi mais alegre na minha vida, foi o tempo da minha Escola Normal. Só vivia rindo e brincando, não pensava em nada a não ser estudar. Não tinha namorado. Tinha as colegas muito amigas, muito íntimas, então com a vida gostosa, muito gostosa! (CRUZ, 2000, p. 63).

Na concepção e relato de Ione Celeste de Jesus Sousa as normalistas não atentam para o processo de formatação docilizada com que estão sendo construídas. Ela se comporta da seguinte forma:

Garotas tricolores, deusas fardadas que pisavam o asfalto das ruas da cidade de Feira de Santana (...) à saída das aulas, descendo a Rua dos Remédios ou J.J. Seabra ou, ainda, volteando pela praça da Matriz de Santana, com seus uniformes *bleu-blanc-noir*.

Garotas alegres, sorridentes, alvoroçadas, entrando e saindo do prédio da Escola Normal, no preparo da árdua e sagrada missão que a esperava após a formatura: ser professora, ser mestra nas vilas, distritos e povoados do município de Feira de Santana e circunvizinhos. [...] (SOUSA, 1997, p. 78-79).

Em suma, ficou evidente aqui no texto que a constituição de um patrimônio cultural pode ser adquirido mediante fontes documentais que ajudam a ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita da contextualização histórica. Neste trabalho foram pesquisadas as fontes: primárias, que retomam a época que se está pesquisando, produzidas por sujeitos que viveram o período, como documentos da Escola. E fontes secundárias, produzidas a partir da fonte original ou primária, a exemplo do Jornal Folha do Norte, além de artigos e dissertações de mestrados que versaram sobre a Instituição em Estudo.

Quanto aos sujeitos protagonistas do trabalho, foram e formaram o constructo social da educação baiana no instante em que instalaram desde anos 20 uma discussão sobre a formatação do ensino e seu reflexo na vida e cultura de um povo. Foi observado que o período estudado fomentou aspectos conservadores, no âmbito educacional, social, familiar, religioso e cultural. No chão da Escola estudada, o aspecto conservador consolidava-se cada vez mais. O sonho de ser professora, o desejo de ser reconhecida além dos laços matrimoniais e familiares. A “relação extremamente formal entre professor e aluno” foi o parâmetro de formação das normalistas.

No tocante ao ensino da Escola Normal organizava-se no sentido de promover um currículo que supostamente minimizasse o atraso educacional do País, assim como também da Bahia. Esperava-se que o programa escolar contemplasse a sociedade. “Sendo a escola a agência de educação por meio da qual a sociedade preparava os seus novos membros para a participação plena em sua vida” Teixeira (2000, p. 24).

Os objetivos traçados para o funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana pelos seus idealizadores estavam à necessidade de formar mestres e mestras para atuar na cidade e, especialmente, lecionar no campo. Formar profissionais que abraçassem a profissão, fossem capazes de enfrentar qualquer sacrifício e que pudessem adentrar os sertões para alfabetizar as crianças sertanejas, de acordo o Folha do Norte (1927, nº 950, p. 1-4).

Desse modo, o texto aponta para o cuidado que a Escola Normal possuía na educação das moças, priorizando as prendas domésticas, o ensino da música, especialmente piano, a utilização da etiqueta social, isto é, saber portar-se nos recintos sociais, nos salões, falar francês, conhecer e comentar sobre a literatura da época; considerados dotes fundamentais para essas jovens (SOUSA, 1999, p. 37). Assim, podemos perceber que a Escola Normal de Feira de Santana, em seu currículo, preservava características de uma “pedagogia conservadora e representante dos interesses da classe dominante” (Cruz, 2012, p.61). E desta

feita, mesmo dando sinais de inovação através dos novos acordes da Escola Nova, o ensino e a relação entre professores e alunos nos contextos da Escola Normal de Feira de Santana primou por criar um patrimônio conservador de perfil dominante com o objetivo de forçar mulheres que mantivessem o padrão burguês de conservação cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petropolis: RJ: Vozes, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo** (tradução de Cristina Antunes). Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, A. R. S. **Mestras e mestres para o sertão**: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. In: Revista Sitientibus, Feira de Santana n. 31, p. 143 – 168, jul./dez 2004.

PILETTI, Nelson. **História e vida integrada** / Nelson Piletti, Claudino Piletti. - - São Paulo: Ática, 2002.

RUIZ, Marcelo. **Transferência de Paradigma de Ensino**: História da Didática no Brasil. Universidade Cândido Mendes (Trabalho apresentado no Curso da Pós-Graduação), Rio de Janeiro, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para história da educação**. In: Revista HISTEDBR ON line, Campinas, n. especial p. 28 – 35, ago. 2006.

SOUSA. Ione Celeste. *A Escola Normal da Feira de Santana -1930/1950- cotidiano, normatização e insubordinação*. In: SOUZA, Ione Celeste; CRUZ, Antonio Roberto Seixas da Cruz. **Escolas Normais na Bahia**. Olhares e Abordagens.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Universidade Estadual de São Paulo. Revista Brasileira de Educação, 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **O Ensino no Estado da Bahia**. Edição fac-símile Salvador, gráfica do Colégio Apoio, 2001.